



**Ministério  
das Finanças**

# **SÍNTESE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL JUNHO 2021**

Julho 2021

## ÍNDICE

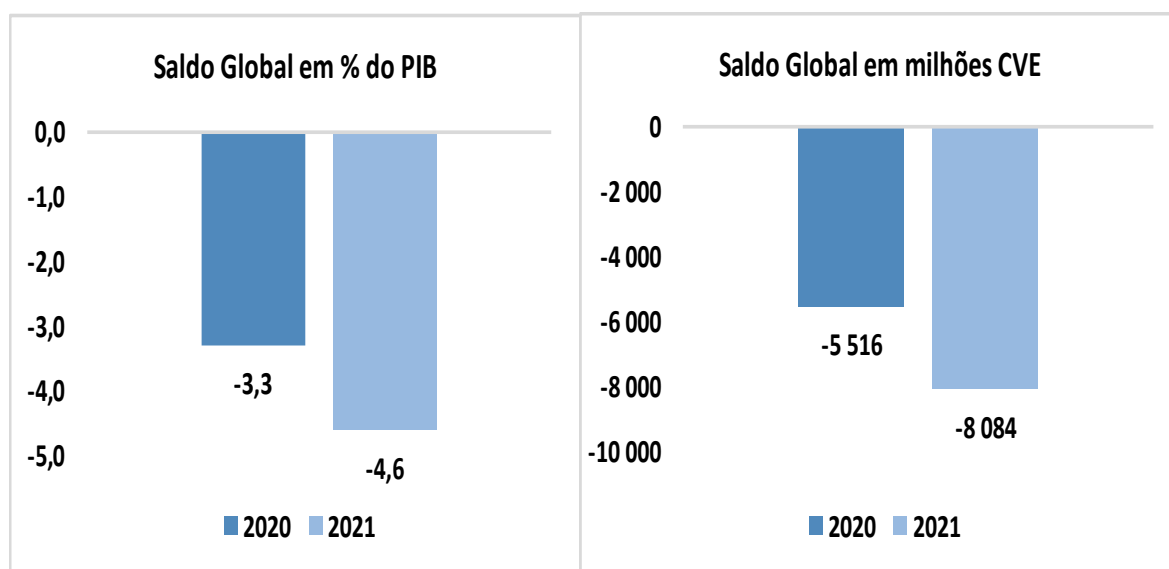
<b>1. Síntese Geral de Execução Orçamental Mensal</b> .....	2
<b>2. Análise das Receitas Totais</b> .....	4
<b>2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)</b> .....	5
<b>2.2. Venda de Ativos Não Financeiros</b> .....	7
<b>3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros</b> .....	8
<b>3.1. Por Classificação Económica</b> .....	8
<b>3.1.1. Despesas</b> .....	8
<b>3.1.2. Ativos Não Financeiros</b> .....	11
<b>3.2. Por Tipo de Financiamento</b> .....	11
<b>4. Projetos em Resposta à Covid-19</b> .....	12
<b>5. Dívida Pública</b> .....	14

## 1. Síntese Geral de Execução Orçamental Mensal

A 30 de junho de 2021, o valor provisório do saldo global foi negativo em 8.084,0 milhões de CVE, ou seja, um défice de 4,6% do PIB projetado pelo Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial (MFFE)<sup>1</sup>. Este resultado se traduziu num agravamento 1,3 p.p., em face ao mesmo período de 2020.

Observa-se, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 3,2%, agravando-se em 1,4 p.p., comparativamente ao período homólogo, continuando, assim, a refletir o impacto negativo da pandemia na economia cabo-verdiana, e conseqüentemente, no quadro fiscal/orçamental, decorrente dos estabilizadores automáticos e das medidas adotadas no âmbito do combate e da prevenção da Covid-19.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global



Fonte: MFFE

Os resultados provisórios da execução orçamental até junho de 2021, comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrem:

- da diminuição das receitas totais em 9,3% (-1.825,0 milhões de CVE);
- do agravamento das despesas totais em 4,4 % (+1.084,4 milhões de CVE); e
- da diminuição em ativos não financeiros líquidos em 40,5% (-341,2 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela conclusão de algumas obras em infraestruturas

<sup>1</sup> Considerou-se o PIB reprogramado (175.616 milhões de CVE), sendo que o PIB projetado inicialmente aquando da proposta do OE 2021 foi de 183.748 milhões de CVE.

rodoviárias em 2020 e tendo em conta a venda de ativos superiores ao registado no mesmo período do ano anterior (2021: 527,6 milhões de CVE; e 2020: 45,6 milhões de CVE).

### Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

	2020		2021			
	Orç. Ret.	Conta II Trim	Orç. Ret.	Conta II Trim	Grau Exec.	Tax. Hom
<b>1. Total Receitas</b>	<b>53 869</b>	<b>19 710</b>	<b>53 869</b>	<b>17 885</b>	<b>33,2</b>	<b>-9,3</b>
<b>1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)</b>	<b>45 309</b>	<b>18 321</b>	<b>45 309</b>	<b>17 195</b>	<b>38,0</b>	<b>-6,1</b>
Impostos	33 952	15 889	33 952	14 957	44,1	-5,9
Segurança Social	70	28	70	29	41,8	5,3
Transferências (donativos)	8 559	1 389	8 559	690	8,1	-50,4
Outras Receitas	11 288	2 404	11 288	2 210	19,6	-8,1
<b>2. Total Despesas</b>	<b>64 974</b>	<b>24 382</b>	<b>64 974</b>	<b>25 467</b>	<b>39,2</b>	<b>4,4</b>
Despesas com Pessoal	23 648	10 284	23 648	10 673	45,1	3,8
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	3 341	15 438	3 602	23,3	7,8
Juros Correntes	5 187	2 695	5 187	2 057	39,7	-23,7
Subsídios	891	276	891	600	67,3	117,6
Transferências Correntes	8 072	2 809	8 072	2 644	32,8	-5,9
Benefícios Sociais	8 046	3 913	8 046	4 687	58,2	19,8
Outras despesas correntes	3 692	806	3 692	772	20,9	-4,2
<b>3. Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-11 105</b>	<b>-4 673</b>	<b>-11 105</b>	<b>-7 582</b>	<b>68,3</b>	<b>62,2</b>
<b>4. Ativos não Financeiros</b>	<b>9 851</b>	<b>843</b>	<b>9 851</b>	<b>502</b>	<b>5,1</b>	<b>-40,5</b>
Compra ativos não financeiros	10 301	889	10 301	1 030	10,0	15,8
Venda ativos não financeiros	451	46	451	528	117,1	1 059
<b>5. Global Global (1-2-4)</b>	<b>-20 956</b>	<b>-5 516</b>	<b>-20 956</b>	<b>-8 084</b>	-	-
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,4	-3,3	-11,4	-4,6	-	-
Saldo Corrente Primario	-9 976	-3 023	-9 976	-5 604	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-6,0	-1,8	-6,0	-3,2	-	-
<b>6. Financiamento</b>	<b>20 956</b>	<b>5 009</b>	<b>20 956</b>	<b>7 617</b>	-	-
<b>6.1 Ativos Financeiros</b>	<b>-4 569</b>	<b>-122</b>	<b>-4 569</b>	<b>-858</b>	-	-
Empréstimo Concedidos Mi - Amortizações	392	157	392	15	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-4 664	-24	-4 664	-583	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 445	-261	-1 445	-289	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 148		1 148		-	-
<b>6.2 Passivos Financeiros</b>	<b>25 525</b>	<b>5 132</b>	<b>25 525</b>	<b>8 474</b>	-	-
<b>Interno líquido</b>	<b>5 488</b>	<b>4 507</b>	<b>5 488</b>	<b>7 001</b>	-	-
Sistema bancário	5 633	792	5 633	5 383	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Aquisições	12 552		12 552		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações	-6 919		-6 919		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-145	-68	-145	-74	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		162		185	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		-2 067		-2 184	-	-
Outras operações de tesouraria				-187	-	-
Sistema não bancário		2 435		3 878	-	-
<b>Externo líquido</b>	<b>20 037</b>	<b>625</b>	<b>20 037</b>	<b>1 473</b>	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	22 677	2 981	22 677	3 443	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 640	-2 356	-2 640	-1 970	-	-
<b>7.GAP Financiamento (5 - 6)</b>	<b>0</b>	<b>-507</b>	<b>0</b>	<b>-467</b>	-	-

Fonte: MFFE

## 2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central, arrecadadas até junho de 2021, cifraram-se em 18.412,4 milhões de CVE, registando uma diminuição de 6,8%, comparativamente ao período homólogo.

### Quadro 2 - Evolução das Receitas Públicas Orçamentais

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2020		2021			
	Orç. Ret.	Conta II Trim	Orç. Ret.	Conta II Trim	Grau Exec.	Tax. hom
<b>Impostos</b>	<b>33 952</b>	<b>15 889</b>	<b>34 895</b>	<b>14 957</b>	<b>42,9</b>	<b>-5,9</b>
<b>Imposto único sobre rendimentos</b>	<b>11 558</b>	<b>4 310</b>	<b>9 271</b>	<b>4 223</b>	<b>45,6</b>	<b>-2,0</b>
IR-PS	6 249	2 962	6 026	2 696	44,7	-9,0
IR-PC	5 309	1 349	3 244	1 527	47,1	13,3
<b>Outros impostos directos</b>		<b>242</b>	<b>570</b>	<b>181</b>	<b>31,7</b>	<b>-25,2</b>
Tributo Especial Unificado - TEU		242	570	181	31,7	-25,2
<b>Imposto sobre bens e serviços</b>	<b>15 582</b>	<b>7 832</b>	<b>16 886</b>	<b>6 867</b>	<b>40,7</b>	<b>-12,3</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	12 895	6 447	14 010	5 779	41,2	-10,4
IVA DGA	6 424	3 248	7 425	3 593	48,4	10,6
IVA DGCI	6 471	3 199	6 585	2 186	33,2	-31,7
Imposto consumo especial	1 617	818	1 955	776	39,7	-5,1
Contribuição turística	513	288	248	23,1	9,3	-92,0
Taxa ecológica	557	277	674	288	42,8	4,2
<b>Impostos sobre transações internacionais</b>	<b>6 240</b>	<b>3 236</b>	<b>7 471</b>	<b>3 374</b>	<b>45,2</b>	<b>4,3</b>
Direitos de importação	5 966	3 091	7 154	3 226	45,1	4,4
Taxa comunitaria CEDEAO	273	145	317	148	46,8	2,3
<b>Outros impostos</b>	<b>572</b>	<b>268</b>	<b>697</b>	<b>312</b>	<b>44,7</b>	<b>16,1</b>
Imposto de selo	534	249	664	303	45,6	21,6
Imposto especial sobre jogos	38	19	33	9	26,0	-55,4
<b>Segurança Social</b>	<b>70</b>	<b>28</b>	<b>71</b>	<b>29</b>	<b>41,0</b>	<b>5,3</b>
Taxa social única	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Contribuições para a segurança social	68	27	71	28,8	40,6	5,4
Outras Contribuições	1	0	0	0,3	0,0	-5,2
<b>Transferências</b>	<b>8 559</b>	<b>1 389</b>	<b>5 250</b>	<b>689,6</b>	<b>13,1</b>	<b>-50,4</b>
De Governos Estrangeiros	7 492	1 171	4 525	228,8	5,1	-80,5
Ajuda Orçamental	1 957	881	1 029	0	0,0	-100,0
Ajuda Alimentar	304	63	321	58	18,0	-8,0
Donativos directos	5 230	228	3 175	171	5,4	-24,9
De Organizações Internacionais	604	10	218	248	114,0	2 357,7
Das Administrações Públicas	464	208	508	212	41,9	2,2
<b>Outras Receitas</b>	<b>11 288</b>	<b>2 404</b>	<b>12 304</b>	<b>2 210</b>	<b>18,0</b>	<b>-8,1</b>
Rendimentos de propriedade	3 502	208	4 922	175	3,6	-15,8
Venda de bens e serviços	6 366	1 976	6 075	1 865	30,7	-5,6
Multas e outras penalidades	299	112	212	76	35,9	-31,9
Outras transferências	425	10	314	22	6,9	123,8
Outras receitas diversas e não especificadas	695	99	781	72	9,2	-27,3
<b>Receitas</b>	<b>53 869</b>	<b>19 710</b>	<b>52 520</b>	<b>17 885</b>	<b>34,1</b>	<b>-9,3</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>451</b>	<b>46</b>	<b>1 490</b>	<b>528</b>	<b>35,4</b>	<b>1 059,1</b>
Ativos não Financeiros	451	46	1 490	528	35,4	1 059,1
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>54 319</b>	<b>19 756</b>	<b>54 010</b>	<b>18 412</b>	<b>34,1</b>	<b>-6,8</b>

Fonte: MFFE

## 2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

As receitas arrecadadas, até junho de 2021, totalizaram o montante de 17.884,9 milhões de CVE, registando uma diminuição de 9,3%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta da diminuição da arrecadação em sede dos impostos diretos (-3,3%), dos impostos indiretos (-6,9%) e das outras receitas (-8,1%), bem como desembolso dos donativos (-50,4%). Regista-se, entretanto, um aumento da segurança social (+5,3%) pese embora, este último, em termos absolutos, não seja materialmente significativo.

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo 6,9%, decorrente da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 2.695,9 milhões de CVE, registando uma evolução negativa, em termos homólogo, de 265,8 milhões de CVE (-9,0%). Esta variação decorre do facto de que nos três primeiros meses de 2020 não se ter sentido os impactos negativos da pandemia da Covid-19; enquanto que, em 2021, até finais de junho, continuamos a registar os impactos negativos da pandemia, afetando o emprego e os rendimentos das pessoas singulares.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 1.527,5 milhões de CVE, registando uma evolução positiva em termos homólogos de 179 milhões de CVE (+13,3%) consequência da arrecadação do imposto sobre o lucro anual e do facto de, no ano de 2020, o segundo e terceiro pagamentos por conta do imposto final (fracionados) terem sido isentados para empresas com redução significativa da atividade, resultando num valor superior a pagar em 2021.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 180,9 milhões de CVE, traduzindo-se uma evolução negativa de 60,8 milhões de CVE (-25,2%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é explicada pelos fortes impactos da crise provocada pela Covid-19 nos contribuintes do REMPE neste caso, sem a esperada recuperação este ano, e dos pedidos de pagamento em prestações com prazos mais alargados que o OE 2021 prevê.

Quanto aos impostos indiretos, o decréscimo de 6,9% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 5.778,7 milhões de CVE, traduzindo uma evolução negativa de 670,0 milhões de CVE (-10,6%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 10,6% enquanto que o IVA-DGCI teve um decréscimo de 31,7%. Este decréscimo na cobrança deste imposto deriva dos fortes impactos da crise da Covid-19, principalmente a nível do Turismo, e das medidas excepcionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações e a redução da taxa do IVA no Turismo para 10%, que o OE 2021 veio prorrogar em relação ao ano 2020.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 23,1 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de -264,8 milhões de CVE, traduzindo o facto das dormidas em estabelecimentos hoteleiros ainda estarem a sofrer um forte impacto da crise da Covid-19, com um nível baixíssimo de entradas de turistas do exterior, devido às restrições de viagens de lazer da maior parte dos países no Mundo, sendo o turismo interno marginal.
- Impostos sobre Transações Internacionais – a receita registou um acréscimo de 4,3% (+137,9 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance destes impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2020, verificou-se uma variação positiva no Direito de Importação em 4,4% (+134,5 milhões de CVE), e a Taxa Comunitária CEDEAO teve uma variação positiva em 2,3% (+ 3,3 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto de selo teve uma evolução positiva em termos homólogos de 21,6% (+53,9 milhões de CVE), situando-se em 303,0 milhões de CVE, fruto de uma atividade bancária relativamente favorável, apesar das moratórias bancárias decretadas.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 9 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 55,4% (-10,7 milhões de CVE),

uma vez que depende quase exclusivamente da atividade turística na Ilha do Sal, que teve atividade residual no período em análise, devido à crise pandémica.

No que toca às transferências (donativos), registou uma execução de 689,6 milhões de CVE, apresentando uma diminuição de 50,4% (-699,7 milhões de CVE), em face a arrecadação no período homólogo do ano anterior. Esta performance decorre:

- Da diminuição das transferências provenientes de Governos Estrangeiros em 80,5% (-942,6 milhões de CVE), justificado pelo não desembolso, até primeiro semestre, das ajudas orçamentais e conjugado com o decréscimo dos donativos diretos e ajuda alimentar;
- Do aumento das transferências provenientes de Organizações Internacionais em 238,2 milhões de CVE, explicado pela entrada do donativo no âmbito do acordo entre U.E e PNUD para financiamento do projeto “*West Africa Competitiveness Support Project*”, no valor de 214,6 milhões de CVE;
- Do acréscimo das receitas dos serviços das administrações públicas em 2,2% (+4,6 milhões de CVE) derivado das transferências recebidos pelos Fundos e Serviços Autónomos, com destaque para as estruturas de Saúde, em face a comparticipação do INPS na assistência médica e medicamentosa.

As outras receitas verificaram um decréscimo de 8,1% (-194,6 milhões de CVE) refletindo o impacto da pandemia da Covid-19, com destaque à diminuição na arrecadação de receitas decorrentes da taxa de segurança aeroportuária, do serviço de passaportes, dos emolumentos de portos e capitánias e dos serviços policiais e fronteiras.

## **2.2. Venda de Ativos Não Financeiros**

As receitas provenientes de Vendas de Ativos Não Financeiros ascenderam a 527,5 milhões de CVE, registando um aumento, em face ao registado no mesmo período de 2020 (45,6 milhões de CVE). Esse aumento é justificado, essencialmente, pela venda de edifícios, de imóveis e da aeronave das Forças Armadas.



### 3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros

#### 3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em junho de 2021, atingiram 26.496,5 milhões de CVE, registando um agravamento de 4,8% em relação ao período homólogo de 2020.

**Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica**

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2020		2021			
	Orç. Ret.	Conta II Trim	Orç. Ret.	Conta II Trim	Grau Exec.	Var. Hom.
Despesas com Pessoal	23 648	10 284	24 480	10 673	43,6	3,8
Remuneração Certas e Permanentes	21 705	9 684	22 381	10 029	44,8	3,6
Segurança Social	1 943	599	2 098	644	30,7	7,5
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	3 341	12 292	3 602	29,3	7,8
Juros Correntes	5 187	2 695	4 485	2 057	45,9	-23,7
Dívida interna	3 337	1 552	3 343	1 567	46,9	1,0
Dívida externa	1 754	1 142	1 044	478	45,8	-58,1
Outros encargos	96	1	98	11	11,1	1815,3
Subsídios	891	276	1 116	600	53,8	117,6
Transferências Correntes	8 072	2 809	7 847	2 644	33,7	-5,9
Governos Estrangeiros	820	40	1 188	29	2,4	-28,8
Organismos Internacionais	475	62	465	63	13,6	1,6
Administração pública	6 778	2 707	6 194	2 552	41,2	-5,7
Benefícios Sociais	8 046	3 913	9 179	4 687	51,1	19,8
Outras Despesas Correntes	3 692	806	4 075	772	18,9	-4,2
Valor a regularizar		259		433		67,4
<b>Despesas</b>	<b>64 974</b>	<b>24 382</b>	<b>63 473</b>	<b>25 467</b>	<b>40,1</b>	<b>4,4</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>10 301</b>	<b>889</b>	<b>11 353</b>	<b>1 029,8</b>	<b>9,1</b>	<b>15,8</b>
Ativos não Financeiros	10 301	889	11 353	1 030	9,1	15,8
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>75 275</b>	<b>25 271</b>	<b>74 826</b>	<b>26 496</b>	<b>35,4</b>	<b>4,8</b>

Fonte: MFFE

#### 3.1.1. Despesas

Nos finais de junho de 2021, as despesas executadas totalizaram o montante de 25.467 milhões de CVE, registando um aumento de 4,4% em relação ao período homólogo de 2020. Esta evolução resultou no aumento nas rubricas despesas com o pessoal (+3,8%), aquisição de bens e serviços

(+7,8%), subsídios (+117,6%), benefícios sociais (+19,8%), conjugado com a diminuição nas rubricas dos juros da dívida (-23,7%), das transferências correntes (-5,9%) e outras despesas correntes (-4,3%), conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento de 3,8% (+ 270,2 milhões de CVE) decorrente:
  - i. do impacto de implementação de PCCS das Forças Armadas, que teve início no segundo trimestre de 2020, e reclassificações e acumulação de carga horária que vieram a ter impacto no mês de maio do presente ano, com destaque ao Ministério de Educação;
  - ii. do impacto na contratação de técnicos e pessoal de saúde, bem como aumento das velas e senhas de presença nas estruturas de saúde no âmbito da necessidade de resposta à Covid-19;
  - iii. da diminuição do tempo médio do pagamento das contribuições à segurança social de 2021 comparativamente ao de 2020;
  - iv. da regularização atempada das despesas dos Órgãos de Soberania, nomeadamente a Assembleia Nacional e Presidência da República e também das Embaixadas; e
  - v. da *Bancarização* das estruturas do Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal de Contas, das Comissões de Recenseamento Eleitoral e do Cofre Geral de Justiça.
- “Aquisição de bens e serviços” registaram um aumento de 7,8% (+260,4 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior, derivado do aumento das seguintes rubricas: Material de consumo clínico em 78,9% (+ 126,3 milhões de CVE) decorrente da execução dos projetos de prevenção e combate à Covid-19; Conservação e reparação de bens em 62,7% (+54,5 milhões de CVE); Honorário em 92,1% (+98,5 milhões de CVE) resultantes do pagamento de despesas no âmbito de projetos de gestão das privatizações das Soe, políticas de emprego (ofertas formativas e formação para empregabilidade), reforço ao setor da educação, integração da biodiversidade no sector do turismo, recenseamento geral da população e habitação, programa de cidadania fiscal, cadastro predial nacional e unidade de tecnologias, inovação e comunicação; Tais agravamentos foram atenuados

pelas medidas de cativos de despesas adotadas pelo Governo, através da Resolução do Conselho de Ministro n.º 8/2021, de 2 de fevereiro.

- A despesa com os juros da dívida registou uma diminuição de 23,7% (-638,2 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2020, resultado dos juros da dívida externa derivado da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da Covid-19 nos países mais vulneráveis.
- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 117,6% (+324,2 milhões de CVE), em face ao mesmo período de 2020, justificado essencialmente, pelos subsídios transferidos às empresas privadas não financeiras, no âmbito da resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 19,8% (+773,5 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 9,6% (+218,2 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 15,7% (+21,2 milhões de CVE) e outros benefícios sociais em numerários em 129,2% (+484,9 milhões de CVE). Este último no âmbito do apoio social de emergência às famílias afetadas pela pandemia da Covid-19 (Rendimento Social de Inclusão), do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade e apoio à reinserção socioprofissional.
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 5,9% (-165,6 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, justificado, essencialmente, pela diminuição das transferências em face ao período homólogo, aos municípios e às famílias no âmbito de apoio ao combate à Covid-19.
- “Outras Despesas Correntes” evidenciaram uma diminuição de 4,3% (-34,4 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrente da reprogramação e das medidas de contenção nos termos definidos na Resolução n.º 8/2021, de 2 de fevereiro.

### 3.1.2. Ativos Não Financeiros

A execução dos Ativos Não Financeiros, ascendeu ao montante de 1.029,8 milhões de CVE, equivalente a 9,1% do total do orçamento rectificativo, um aumento de 15,8%, representando, em termos absolutos, uma variação positiva de 140,8 milhões de CVE comparativamente à execução de 2020. O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Reforço ao sector da educação” com uma execução de 87,0 milhões de CVE; “Redução de Perdas em Eletricidade e Melhoria de Qualidade de Energia” com uma execução de 53,2 milhões de CVE; “Reabilitação de estradas” com uma execução de 182,3 milhões de CVE; “Construção e Reabilitação de Infraestruturas Desportivas” com uma execução de 29,1 milhões de CVE; e “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 31,9 milhões de CVE.

### 3.2. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento, nota-se que 92,1% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) são financiadas por recursos internos e 7,9% por recursos externos.

**Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento**

Financiamento	2021 Inicial	2021 Atual	II Trim	Grau Exec.	Peso %
<b>Interno</b>	<b>62 962</b>	<b>62 962</b>	<b>24 407</b>	<b>39</b>	<b>92,1</b>
Tesouro (Rec. Int.)	62 123	62 123	24 238	39,0	99,3
OFN	839	839	169	20,1	0,7
<b>Externo</b>	<b>14 934</b>	<b>18 523</b>	<b>2 089</b>	<b>11</b>	<b>7,9</b>
Donativo	2 219	3 475	630	18,1	30,2
Empréstimo	12 418	14 738	1 424	9,7	68,1
Ajuda Alimentar	297	311	35	11,3	1,7
<b>Total da Despesa</b>	<b>77 896</b>	<b>81 485</b>	<b>26 497</b>	<b>32,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MFFE

Ao nível dos recursos externos:

- Os Donativos, na modalidade de ajuda a projetos diretos, totalizam o montante de 630,4 milhões de CVE, equivalente a 30,2% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções o Luxemburgo com 226,8 milhões de CVE, Banco Europeu de Investimento com 87,1 milhões de CVE, F.I.D.A (58,8 milhões de CVE ), Nações Unidas (52,3 milhões de CVE ), P.N.U.D (40,3 milhões de CVE), Portugal (29,1 milhões de CVE), Global Environment Fund (25,0 milhões de CVE) e União Europeia (18,6 milhões de CVE);
- Os Empréstimos externos, ascenderam a 1.423,8 milhões de CVE, equivalente a 68,1% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 13 programas, com destaque à Garantia de Acesso ao Rendimento, à Educação, aos Cuidados e à Saúde (607,4 milhões de CVE), às Infraestruturas Modernas e Seguras (373,5 milhões de CVE); à Educação de Excelência (145,4 milhões de CVE), à Reforma do Estado (75,1 milhões de CVE), à Transformação da Agricultura (59,6 milhões de CVE), à Cabo Verde Plataforma Digital e da Inovação, (50,5 milhões de CVE) e à Cabo Verde Plataforma do Turismo (45,2 milhões de CVE).

#### 4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos inscritos em resposta à Covid-19, até junho de 2021, totalizaram 1.513,0 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 34,3%. Ao nível de execução dos projetos, por modalidade de financiamento, no período em análise, foi financiado pelo tesouro em 40,9%, por empréstimo em 54,4% e por donativos em 4,7%.

**Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento**

MOD. FINAN.	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	PESO (%)
Donativo	337,2	71,4	4,7%
Empréstimo	2 446,3	823,3	54,4%
Tesouro	1 633,9	618,3	40,9%
<b>Total Geral</b>	<b>4417,4</b>	<b>1513,0</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MFFE

### Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

FUNÇÕES DO ESTADO	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais	Apoio Aos Municípios - Combate A Covid 19	16,5	14,6	88,7%
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais Total		16,5	14,6	88,7%
07.00.03 - Segurança e ordem pública	Protecção Civil - Covid-19	82,0	0,0	0,0%
07.00.03 - Segurança e ordem pública Total		82,0	0,0	0,0%
07.00.04 - Assuntos económicos	Transição Da Economia Informal A Formal	20,0	0,0	0,0%
	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	22,1	0,0	0,0%
	Preparação Projeto Cabo Verde Digital	102,0	50,5	49,5%
	FADSTMI- Sistema Para O Desenvolvimento Do Setor De Transporte Marítimo Inter-Ilhas	757,8	228,9	30,2%
	Capacitação Dos Profissionais Do Turismo E Áreas Transversais - COVID_19	105,0	21,1	20,1%
	Cabo Verde Digital	20,4	3,2	15,8%
07.00.04 - Assuntos económicos Total		1 027,4	303,7	29,6%
07.00.07 - Saúde	Reforço Do Laboratorio Nacional De Saúde Publica - Insp	4,1	1,8	45,3%
	Remodelação de Postos Sanitarios	10,5	3,3	31,4%
	Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30,0	30,0	100,0%
	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	82,4	18,5	22,5%
	Reabilitação e equipamentos De Estruturas De Saúde	18,3	12,5	68,4%
	Prevenção E Combate A Coronavírus	28,7	28,2	98,2%
	Prevenção E Combate A Coronavírus	393,7	228,0	57,9%
	Equipamento Postos Sanitários	1,5	1,5	100,0%
	Desenvolvimento De Investigação Em Saúde - Insp	2,3	1,0	43,4%
	Desenvolvimento Do Observatório Nacinal De Saúde Pública	3,0	0,7	22,2%
	Construção Da Sede Do Inps Laboratorio Nacional Saude Pu	178,1	0,0	0,0%
	Comunicação De Risco Em Saúde - INSP	4,8	1,8	37,5%
	Aquisição De Vacina Covid19	20,0	0,0	0,0%
Ampliação Do Centro De Saúde De Bao Vista	44,3	0,0	0,0%	
Preparação E Resposta A Covid-19	472,6	20,0	4,2%	
07.00.07 - Saúde Total		1 294,3	347,4	26,8%
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	10,0	0,3	2,5%
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total		10,0	0,3	2,5%
07.00.09 - Educação	Reforço Ao Sector Da Educação	448,2	172,1	38,4%
	Construção, Ampliação E Remodelação de Infra-Estruturas Educativas	11,9	2,8	23,7%
	Bolsa Cabo Verde Digital	20,0	0,0	0,0%
07.00.09 - Educação Total		480,0	174,9	36,4%
07.00.10 - Protecção social	Reforço Institucional Das Organizações Da Sociedade Civil	29,4	21,1	71,8%
	Reforço Das Competências Do Setor Da Inclusão Social	34,2	4,7	13,6%
	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	1 415,9	625,9	44,2%
	Garantia De Cuidados De Dependentes	19,4	12,4	63,8%
	COVID-19 RSI Emergencial - Redes de Segurança e Recuperação de Rendimentos para as famílias mais pobres e mulheres trabalhadoras informais em Cabo Verde	8,3	8,2	98,3%
07.00.10 - Protecção social Total		1 507,1	672,1	44,6%
<b>Total Geral</b>		<b>4 417,4</b>	<b>1 513,0</b>	<b>34,3%</b>

Fonte: MFFE

## 5. Dívida Pública

O stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 268.339,2 milhões de CVE, em 30 de junho de 2021, cabendo à dívida interna 82.018,7 milhões de CVE (46,7% do PIB) e à dívida externa 186.320,5 milhões de CVE (106,1% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 152,8%, cerca de 2,7 p.p. acima do valor registado em junho de 2020<sup>2</sup>.

**Quadro 8 – Evolução da Dívida Pública**

	junho 20	junho 21	Var. Hom	% PIB/20	% PIB/21
<b>Estoque Global</b>	<b>247 482,4</b>	<b>268 339,2</b>	<b>8,4</b>	<b>150,1</b>	<b>152,8</b>
Dívida Interna	70 696,4	82 018,7	16,0	42,9	46,7
Dívida Externa	176 786,0	186 320,5	5,4	107,2	106,1

**Fonte: MFFE**

<sup>2</sup> O PIB utilizado para o cálculo do rácio em 2020 é o PIB ajustado a reprogramação para o referido ano, nos termos apresentado pela DNP, ou seja, 164.911 milhões de CVE (o PIB inicialmente utilizado aquando da apresentação da conta mensal 2020 foi o projetado para o Orçamento inicial de 2020, cerca de 211.095 milhões de CVE, em que foi apresentado um stock da dívida em percentagem do PIB de 116,8).

